



Intervenção de Sua Excelência  
a Ministra da Justiça na  
Interpelação ao Governo sobre  
“O estado dos Estabelecimentos Prisionais”  
18.09.24 | 15h00

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

1. Os graves acontecimentos de Vale de Judeus são motivo de grande preocupação, que vão muito para lá da fuga em si mesma. Sabemos já que não foram fruto do acaso. Têm causas e algumas já estão identificadas.
2. As conclusões apontadas no *Relatório de Auditoria à Atuação dos Serviços de Vigilância e Segurança*, que recebi 72 horas depois dos eventos, levaram-nos a pôr em marcha uma avaliação do sistema prisional e de reinserção, com a consequente adoção de medidas e reformas.
3. Essa avaliação terá de incidir, antes de mais, sobre as condições de segurança.
4. A **primeira auditoria** que decidimos pedir à Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça vai incidir sobre todos os 49 Estabelecimentos Prisionais segundo uma ordem de prioridade, de acordo com a sua natureza e dimensão.
5. Para tomar as melhores decisões e dar bom uso ao dinheiro dos contribuintes, precisamos de avaliar o estado dos equipamentos de segurança, das infraestruturas físicas, dos sistemas de comunicação e dos protocolos de segurança.
6. Este relatório vai estar concluído até 31 de dezembro de 2024. Mas assim que estiver concluída a avaliação para cada Estabelecimento Prisional não precisaremos de esperar pelo fim para agir.



7. A **segunda auditoria** anunciada tem um âmbito diferente, mas não menos importante: é uma auditoria de gestão à Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (incluindo os serviços centrais e os serviços prisionais) que vai avaliar as condições de funcionamento destes serviços.
8. Precisamos de saber se a estrutura, o modelo de governação, a dotação de recursos humanos, técnicos e financeiros são compatíveis com a missão que lhe está atribuída. As conclusões a que chegar esta auditoria vão ajudar-nos a agir de forma fundamentada.
9. Mas não é só o estado dos equipamentos, das infraestruturas, dos protocolos ou a organização e a gestão que nos preocupam.
10. As condições de vida nas prisões também nos merecem atenção. A pena de prisão consiste apenas – e não é pouco – na privação da liberdade. A pena de prisão não inclui a sujeição a condições de vida que não respeitem a dignidade que qualquer ser humano merece, e que impede o próprio objetivo da reinserção social.
11. Por tal razão vamos fazer um levantamento exaustivo das necessidades em matéria de condições prisionais, tendo em conta os critérios do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, permitindo-nos definir uma nova visão pragmática e transformadora do sistema prisional português.
12. As preocupações com a segurança, exigem rigor e celeridade na análise e implementação das medidas necessárias.
13. Mas nem por isso retiraremos importância ao tema da reinserção. Aliás, vejo a reinserção como uma forma de contribuir para uma sociedade mais segura, no médio e longo prazo.
14. Finalmente, porque não há bons serviços sem boas pessoas, seguiremos um procedimento rigoroso de seleção dos dirigentes dos serviços centrais e prisionais.
15. Entre hoje e amanhã conto poder assinar o despacho de nomeação do novo Diretor do EP de Vale de Judeus. A pessoa está identificada, aguardamos apenas por alguns procedimentos administrativos.



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

16. Há uma semana apresentei, publicamente, as minhas conclusões e as minhas decisões na sequência do relatório da Investigação preliminar feita pela **Divisão de Serviços de Segurança** da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.
17. Na sequência da demissão dos Senhores Diretor-Geral e Subdiretor-geral, foi nomeada, em regime de substituição, a então Subdiretora-geral.
18. Desde quarta-feira da semana passada – faz hoje uma semana – a Senhora Diretora-Geral, em substituição:
  - a. Reuniu os dirigentes dos serviços centrais, dos Estabelecimentos Prisionais, das Direções Regionais de Reinserção, dos Centros Educativos, dos Núcleos de Ação Técnica e Serviços Centrais;
  - b. Visitou o Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus onde reuniu a equipa diretiva e as chefias dos guardas, deixando numa mensagem de estímulo ao brio profissional e à competência no cumprimento do dever;
  - c. Reuniu-se com os dirigentes intermédios dos Serviços Centrais da DGRSP onde transmitiu os seus objetivos e as suas prioridades.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

19. Dir-me-ão que o Governo, só agiu agora, depois da fuga dos cinco reclusos. Nada mais injusto:
  - a. A 2 de julho, o Conselho de Ministros autorizou Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) a adquirir serviços de vigilância eletrónica para execução de decisões judiciais, até ao montante de 25 milhões de euros até 2029.



- b. A 10 de julho, escassos meses depois de o Governo tomar posse, e depois de semanas de negociação que se iniciaram logo em 3 de maio, acordámos o aumento do “suplemento por serviço” dos Guardas prisionais e abrimos as negociações para a revisão do modelo de avaliação de desempenho.
  - c. Em agosto, foi aprovado o recrutamento de 90 pessoas para a DGRSP. As provas de seleção estão a decorrer.
  - d. A 11 de setembro, fechámos o acordo com os Sindicatos representativos dos Guardas e Chefes, sobre o novo modelo de avaliação de desempenho, equiparando-o ao modelo da PSP.
  - e. Nesse mesmo dia, o Ministério das Finanças anunciou ter autorizado o recrutamento de 225 Guardas prisionais, um processo que iniciado em julho pelo Ministério da Justiça.
  - f. Até ao final do mês vão ser entregues sete novas viaturas celulares distribuídas por cinco estabelecimentos prisionais e pelo Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.
20. Na torrente de comentários e informações, que ouvimos na última semana, muita coisa foi dita, faltando à verdade, que quero aqui repor:
- a. O EP de Vale de Judeus não estava sem diretor há 4 meses, nem o diretor estava de baixa. O Diretor de Vale de Judeus aposentou-se a 1 de julho. A aposentação foi publicada em Diário da República a 1 de agosto.
  - b. O EP não ficou sem diretor após a aposentação do anterior Diretor. Assumiu funções o Diretor Adjunto, com plenos poderes.
  - c. Não foi por falta de conhecimento ou formação que os Guardas não acionaram o SIRESP. O funcionamento do SIRESP faz parte do curso de formação de Guardas, além de ter havido formação quando foi instalado.



- d. O sistema SIRESP não foi acionado porque o protocolo indica que, naquele caso, o que deve ser feito é usar o SIRESP para as comunicações rádio e emitir o código de fuga.

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

21. Há muito trabalho a fazer. Mas já há mudanças em curso.
22. De nada valerão estas mudanças e melhorias se quem trabalha nas prisões não for intransigente no cumprimento das normas de segurança e se quem dirige não o fizer com competência, empenho e responsabilidade
23. Pela minha parte, estou disposta a ser a primeira a dar o exemplo.

*Só faz fé a versão efetivamente dita.*